



PUC Minas

CENÁRIOS PUC MINAS

Conjuntura**Internacional**

ano 3 • nº 33 • 05 a 11/11/2006 • ISSN 1809-6182

Análise

06/11/2006 – Teste nuclear norte-coreano: precedentes e consequências ..p.01

São discutidas as várias iniciativas diplomáticas referentes ao programa nuclear norte-coreano, bem como as reações internacionais à realização do teste de um artefato nuclear, em outubro de 2006, por parte da Coreia do Norte. Empreende-se também uma estimativa quanto às atuais capacidades militares desse país. Acredita-se que tal estimativa auxilie na inferência de possíveis desdobramentos futuros da questão nuclear norte-coreana.

Resenha

10/11/2006 – Estados Unidos aprovam a construção de cerca na fronteira com Méxicop.09

Os Estados Unidos aprovam as primeiras medidas anti-imigração desde o ano passado, quando o Congresso começou a discutir novas leis de imigração. O projeto de lei foca apenas na segurança de fronteira e não aborda a regulamentação do trabalho temporário, defendida pelo Presidente estadunidense George W. Bush.

Teste nuclear norte-coreano: precedentes e consequências

Análise
Segurança

Layla Dawood
06 de novembro de 2006

São discutidas as várias iniciativas diplomáticas referentes ao programa nuclear norte-coreano, bem como as reações internacionais à realização do teste de um artefato nuclear, em outubro de 2006, por parte da Coreia do Norte. Empreende-se também uma estimativa quanto às atuais capacidades militares desse país. Acredita-se que tal estimativa auxilie na inferência de possíveis desdobramentos futuros da questão nuclear norte-coreana.

Em 9 de outubro de 2006, a Coreia do Norte realizou um teste nuclear subterrâneo na província norte-coreana de Hamgyong do Norte. Desde então, observa-se uma tendência por parte de muitos dos estudiosos da temática da proliferação nuclear no sentido de atribuir culpa pela realização do teste às políticas estadunidenses para com a Coreia do Norte, particularmente, às políticas empreendidas no curso das administrações de George W. Bush, quando as negociações multilaterais substituíram a abordagem bilateral anteriormente perseguida.

Nesse sentido, houve quem estabelecesse uma relação de causalidade entre a negativa dos EUA de retorno à via bilateral de negociação e os atuais desdobramentos. De acordo com esse raciocínio, apenas a correção daquela abordagem poderia levar a um cenário de não-proliferação.

Conforme será discutido mais adiante, uma análise do histórico das investidas diplomáticas relacionadas ao programa nuclear da Coreia do Norte revela simplista o entendimento supracitado.

Por outro lado, o teste suscitou questionamentos acerca do grau de desenvolvimento do programa nuclear norte-coreano. Questionou-se, a exemplo, em que medida seria factível à Coreia do Norte o emprego de um artefato como o testado, valendo-se, para tanto, de meios de entrega como mísseis e aeronaves.

Emergiram, ainda, indagações acerca da probabilidade da ocorrência de enfrentamentos militares com a Coreia do Norte em função de seu programa nuclear. Finalmente, discutiu-se quais seriam as consequências de tais enfrentamentos no caso de que viessem a se concretizar.

Histórico das negociações com a Coreia do Norte

No início da década de 1980, agências de inteligência estadunidenses detectaram a construção de um reator nuclear no centro de pesquisa da cidade norte-coreana de Yongbyon. À época, especialistas sustentaram que o reator poderia vir a ser utilizado na produção de plutônio para o desenvolvimento de artefatos bélicos

nucleares.

Nesse período, a despeito das tensões decorrentes da Guerra Fria, tinham lugar negociações entre os EUA e a antiga URSS no que tange a temas ligados à proliferação nuclear. Sendo assim, os EUA teriam feito uso da influência soviética sobre a Coreia do Norte, buscando que Moscou persuadisse esse país a assinar o Tratado de Não-Proliferação (TNP) e a aceitar as inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) sobre suas instalações nucleares.

Em troca da assinatura norte-coreana, que ocorreu em dezembro de 1985, Moscou forneceria ao país quatro reatores refrigerados e moderados a água leve (LWR - sigla em inglês) para a produção de energia nuclear. Tais reatores constituiriam mecanismos alternativos aos reatores movidos a grafite, os quais possuem considerável capacidade de produção de plutônio, material utilizável na fabricação de armamentos nucleares.

Não obstante, ainda no curso da década de 1980, os norte-coreanos desenvolveram dois reatores moderados a grafite. Além disso, novas instalações nucleares foram construídas, sendo que havia especulações de que uma delas, localizada em Yongbyon, seria destinada à separação de plutônio das varetas de combustível (partes componentes de um reator nuclear).

Tais desdobramentos tinham lugar paralelamente às negociações entre a Coreia do Norte e a AIEA para a redação e assinatura do chamado acordo de salvaguardas¹. Tal acordo foi adiado e as inspeções tiveram início apenas em 1992. Sua implementação sofreu reveses quando o país negou-se a permitir o acesso da

agência ao plutônio produzido anteriormente ao início das inspeções.

Em maio de 1994, os norte-coreanos retiraram 8.000 varetas de combustível já utilizadas do chamado reator 5MW, impedindo que a AIEA tivesse acesso às mesmas. Desse modo, o país destruiu um dos mais importantes meios técnicos de avaliar a história operacional do reator, bem como de estimar o total de sua produção de plutônio.

Especialistas vinculados à AIEA defendem que o reprocessamento de plutônio pela Coreia do Norte teve início logo após a retirada das varetas de combustível. Segundo a agência, as mesmas possuíam cerca de 30 kg de plutônio: o suficiente para a construção de pelo menos um artefato bélico nuclear².

Duas foram as interpretações da negativa de acesso ao referido estoque de plutônio: ou o país teria muito o que esconder ou seu intuito seria o de utilizar, a seu favor, a dúvida quanto à quantidade desse material.

A despeito das tensões relativas ao plutônio produzido previamente ao início das inspeções da AIEA, foi concluído, em outubro de 1994, o chamado *Agreed Framework*, como resultado das negociações bilaterais que ocorriam à época entre os EUA e a Coreia do Norte. O acordo estabelecia: 1) o congelamento da produção de plutônio por parte da Coreia do Norte; 2) o desmantelamento das instalações de produção desse material; e 3) o apontamento dos estoques de plutônio armazenados pelo país. Em contrapartida, ter-se-ia: 1) o fornecimento, por parte dos EUA, de óleo combustível pesado (*heavy fuel oil*) aos norte-coreanos para fins de aquecimento e produção de energia, 2) a implantação de um projeto

¹ O TNP estabelece que qualquer país que venha a ratificá-lo deverá, no prazo de 18 meses, negociar e implementar um acordo de salvaguardas com a AIEA, em função do qual suas instalações nucleares sofrerão inspeções por parte da agência.

² Os analistas divergem quanto ao número de artefatos bélicos nucleares passíveis de serem fabricados com a quantidade de plutônio retirada das 8.000 varetas de combustível (30kg). As estimativas variam entre 1 e 6 artefatos.

alternativo de energia nuclear na Coreia do Norte, consistente na construção de reatores do tipo LWR; e 3) a melhoria das relações de Washington com Pyongyang.

O acordo foi estruturado com vistas a promover o desarmamento da Coreia do Norte em estágios. Esses estariam vinculados ao avanço da construção, pelos EUA, de reatores do tipo LWR em território norte-coreano. Não se demandava que o país apresentasse de imediato a produção de plutônio anterior a 1992: questão responsável por grande parte das tensões.

Nesse contexto, críticos do acordo sustentavam que esse acabava por esvaziar de sentido o TNP, uma vez que permitia que a Coreia do Norte permanecesse em violação de suas obrigações para com o tratado e retivesse estoques de plutônio não declarados. Já os defensores do acordo afirmavam que o mesmo lograria congelar efetivamente a produção de plutônio no país.

Não obstante o alegado congelamento da produção de plutônio, foram feitas, em outubro de 2002, revelações públicas de que a Coreia do Norte possuiria um programa secreto de enriquecimento de urânio no nível necessário para a utilização em artefatos bélicos nucleares.

Tal desdobramento marcou o fim das atividades ligadas ao *Agreed Framework*, bem como das negociações bilaterais entre EUA e Coreia do Norte. Estima-se que a produção de plutônio teria sido retomada pelos norte-coreanos em dezembro de 2002.

Em janeiro de 2003, o país denunciou ao TNP, alegando que fora cumprida a exigência do aviso prévio de 90 dias, uma vez que suas intenções haviam sido anunciadas em 1993.

Ressalte-se que a via bilateral de negociação foi também empreendida no âmbito da península coreana. Em 1991, Coreia do Sul e Coreia do Norte alcançaram um acordo de

desnuclearização, que acabou sendo denunciado pela Coreia do Norte em maio de 2003. Várias eram as divergências entre as partes. A exemplo, não foi possível estabelecer os mecanismos de verificação e monitoramento necessários à implementação do acordo.

Com o colapso das negociações bilaterais, teve início uma nova iniciativa no trato da questão nuclear norte-coreana: negociações multilaterais, conhecidas como “conversas de seis lados”, nas quais se envolveram EUA, Rússia, China, Japão, Coreia do Norte e Coreia do Sul [ver [A Crise Nuclear Norte-Coreana](#)].

Analistas afirmam que a abordagem bilateral deveria voltar a ser perseguida nos termos estabelecidos pelo *Agreed Framework*. Argumentam que essa lograria conferir incentivos à Coreia do Norte para que não viesse a adquirir armamentos nucleares. O oferecimento de benefícios seria o caminho que impediria a proliferação, em contraposição à imposição de sanções empreendidas no decorrer das negociações multilaterais.

Contudo, diante do histórico apresentado, não há evidências que autorizem a atribuição de culpa pela realização do teste por parte da Coreia do Norte à abordagem multilateral ou à negativa estadunidense de retorno às negociações bilaterais.

A leitura de análises nesse sentido confere a impressão de que a Coreia do Norte teria começado a empreender esforços para a aquisição de armamentos nucleares após o colapso das negociações bilaterais com os EUA em 2002. Conforme o discutido acima, tais esforços datam de décadas atrás.

Além disso, não se pode afirmar que as negociações bilaterais tenham logrado conter as tentativas norte-coreanas de desenvolvimento de seu programa nuclear. Recorde-se que, ainda que a produção de plutônio tenha sido congelada à época, foram paralelamente empreendidas iniciativas relativas ao

enriquecimento de urânio.

Em face de tais iniciativas, seria no mínimo ingênuo defender o retorno das negociações bilaterais, alegando que essas teriam logrado conter a proliferação nuclear. Na verdade, naquela oportunidade, observou-se a abertura de uma nova frente de desenvolvimento para o programa nuclear norte-coreano, qual fosse: o enriquecimento de urânio.

Aparte a política estadunidense para o país, na tentativa de inferir as razões que teriam levado à realização do teste nuclear, motivações domésticas mostram-se plausíveis. O teste pode ter sido dirigido ao exército norte-coreano com o intuito de convencer seus membros da posse da tecnologia nuclear, bem como da sobrevivência do regime e de sua capacidade de atuação militar.

Ademais, o governo norte-coreano parece haver calculado que as reações internacionais ao teste não seriam de tal ordem que tornassem o empreendimento pouco atrativo³. Analistas afirmam que tal antecipação funda-se no fato de que os testes realizados por Índia e Paquistão não foram seguidos de reações consideradas agressivas por oficiais norte-coreanos, os quais afirmam que, contrariamente, o *status* dos referidos países no sistema internacional teria sido modificado para melhor após os testes.

Finalmente, questiona-se qual seria a intenção maior da Coreia do Norte na aquisição de armamentos nucleares. Não se sabe em que medida esses seriam vistos como indispensáveis à sobrevivência do regime, sendo, portanto, inegociáveis ou se seriam tidos como mecanismos de barganha utilizados na consecução de benefícios econômicos e políticos que viriam a sustentar o regime.

Ao que parece, oscilam as duas racionalidades no âmbito das decisões

norte-coreanas. Nesse sentido, se o propósito do teste de outubro de 2006 foi o de angariar benefícios por meio de um possível retorno às negociações bilaterais com os EUA, a tentativa foi frustrada. A Coreia do Norte acabou sendo impelida a retornar às negociações multilaterais, das quais havia se retirado em 2005.

Apresentado o histórico das negociações com a Coreia do Norte, passa-se à discussão de outro ponto levantado pelo teste nuclear, qual seja: o estágio de desenvolvimento do programa nuclear norte-coreano. Serão também apresentadas breves estimativas acerca das capacidades militares convencionais do país. Acredita-se que um levantamento das capacidades militares norte-coreanas possa contribuir na derivação de possíveis cenários decorrentes dos testes de outubro de 2006.

As capacidades militares norte-coreanas

O programa nuclear

Quanto às atuais e potenciais capacidades bélicas nucleares da Coreia do Norte, essas dependem: 1) da quantidade de material utilizável na produção de armamentos nucleares detida por esse país, seja ele composto de plutônio (separado das varetas de combustível dos reatores nucleares) ou de urânio enriquecido; 2) de sua destreza na produção futura desses materiais; 3) de sua habilidade no desenho e fabricação de armamentos nucleares fazendo uso dos materiais disponíveis; e 4) da viabilidade de entrega de tais armamentos.

Somam-se às dificuldades normais envolvidas na avaliação das capacidades bélicas de um país as tentativas norte-coreanas de manipulação das percepções domésticas e estrangeiras no que se refere ao grau de desenvolvimento de seu programa nuclear e aos seus propósitos.

³ As reações ao teste serão discutidas mais adiante.

No início da década de 1990, o país alegava que seu programa tinha fins civis e subestimava publicamente sua evolução. Com o retorno aberto de suas atividades nucleares, em 2002, passou a proferir ameaças fundadas em seu suposto poderio bélico nuclear.

Na atualidade, as 8.000 varetas de combustível retiradas do reator 5MW – às quais a AIEA não pôde ter acesso – permanecem sendo um fator que contribui para a percepção de que o país ou possui armamentos nucleares ou pode vir a possuí-los.

Além disso, o reator 5MW, o primeiro a ser construído pela Coreia do Norte, foi desativado por um tempo sendo, entretanto, reativado após o colapso das negociações bilaterais. Estima-se que o reator produza plutônio suficiente para a fabricação de um artefato nuclear por ano.

A Coreia do Norte vem empregando esforços na construção e operacionalização do reator 50MW, o qual viria a produzir cerca de 55kg de plutônio por ano. Encontra-se também em construção uma planta de enriquecimento de urânio, cuja finalização depende da maior ou menor dificuldade enfrentada pelo país na aquisição de componentes e equipamentos importados.

Fato é que o plutônio produzido antes de 1992 e após a retomada das atividades em 2002 possibilitaria a fabricação de armamentos nucleares, o que não comprova que o país os detenha. Embora o teste de outubro de 2006 pareça confirmar a posse de armamentos nucleares pela Coreia do Norte, isso não significa que esses possam ser utilizados contra seus adversários, ou seja, que possuam a capacidade de serem entregues.

Há que se atentar para a possibilidade de que o país tenha adquirido (ou venha a adquirir), de outros países, material utilizável na produção de armamentos nucleares.

O Programa de Mísseis Balísticos

Desde a década de 1970, a Coreia do Norte empreende esforços no desenvolvimento de mísseis balísticos, os quais podem servir como meios de entrega de armamentos nucleares. Na década de 1980, desenvolveu mísseis de curto alcance do tipo *Scud B/C* (conhecidos na Coreia do Norte como mísseis *Hwasong-5/6*). Esses poderiam atingir a Coreia do Sul. Na década de 1990, fabricou mísseis de médio alcance do tipo *No-dong*, capazes de atingir o Japão.

Acredita-se que, atualmente, o país busca desenvolver mísseis que possuam alcance intercontinental. Em julho de 2006, a Coreia do Norte pôs fim ao que se convencionou chamar de moratória de testes de mísseis de longo alcance (declarada por esse país em 1999), realizando o lançamento de 7 mísseis, que caíram no mar do Japão. [Ver: [Teste com mísseis balísticos como tentativa de fortalecimento do poder de barganha norte-coreano](#)].

Afirmou-se, à época, que um deles seria o chamado *Taepodong-2*, o qual teria capacidade de atingir o Alasca, nos EUA. Esse teria caído cerca de 40 segundos após o lançamento. Desde 1998, quando lançou o *Taepodong-1* (conhecido pelos norte-coreanos como *Paektusan-1*) ao norte do Japão, o país não testava um míssil de longo alcance, em função de uma moratória por eles declarada em 1999. Continuou, no entanto, testando mísseis de curto alcance, sendo que, em março de 2006, dois desses foram testados.

A Coreia do Norte chegou a ser o maior exportador mundial de mísseis de médio e curto alcance. Estima-se que, dentre seus compradores, estiveram Egito, Irã, Líbia, Paquistão, Síria, Emirados Árabes e Yêmen. As atuais pressões estadunidenses para o fim dessas relações de venda de mísseis com a Coreia do Norte teriam afastado muitos de seus compradores.

Embora não se saiba ao certo se o país já

pode carregar tais mísseis com artefatos nucleares, estima-se que os programas de armamentos biológicos e químicos já estejam desenvolvidos o suficiente para tanto. Além disso, independentemente do estágio de desenvolvimento dos programas de armamentos não-convencionais, tais mísseis podem ser armados com carga convencional.

As capacidades convencionais

O país possui forças militares convencionais de grande porte, as quais encontram-se desdobradas, em sua maioria, nas proximidades da Zona Desmilitarizada estabelecida na altura do paralelo 38 após o conflito ocorrido de 1950 a 1953 entre a Coreia do Sul e a Coreia do Norte. A artilharia ali localizada poderia atingir a capital sul-coreana. As forças armadas norte-coreanas são compostas por cerca de 1,2 milhão de soldados.

Contudo, é bem provável que, ao longo dos anos, a Coreia do Norte tenha perdido poder relativo, uma vez que, enquanto a Coreia do Sul e os EUA modernizavam e fortaleciam suas capacidades militares, a Coreia do Norte passava momentos de crise econômica, que contribuíram para a obsolescência dos equipamentos, de sua manutenção e dos treinamentos.

No entanto, pode-se dizer que a distribuição de poder que possibilitou o armistício na década de 1950 permanece nos dias de hoje na medida em que, embora a Coreia do Sul, auxiliada pelos EUA, possa derrotar a Coreia do Norte ao final de um conflito, isso não se daria sem grandes perdas humanas e financeiras para ambos. Tal estado de coisas torna uma primeira investida pouco atrativa para ambos os lados, o que não diminui o risco de escalada de um conflito em razão de percepções errôneas e cálculos equivocados, por exemplo.

Reações ao teste

O Conselho de Segurança da ONU adotou uma resolução contra a Coreia do Norte dias após a realização do teste. O documento objetiva banir o comércio de materiais ligados à fabricação de armamentos não-convencionais com esse país. Autoriza os países a inspecionar carregamentos que rumam à Coreia do Norte ou que provêm desse país.

Contudo, o representante chinês na ONU declarou que seu país não interdiria carregamentos navais na fronteira com a Coreia do Norte, mostrando-se contrário, portanto, à chamada *Proliferation Security Initiative* (PSI, sigla em inglês), que consiste em uma coalizão de países que visam a interceptar navios provenientes da Coreia do Norte ou que rumam a esse país. A Coreia do Sul tampouco é favorável à PSI.

As previsões referentes à reação chinesa acabaram sendo concretizadas na medida em que o país mostrou-se hesitante em impor sanções no que tange à distribuição de comida e combustível aos norte-coreanos. Tropas chinesas adicionais foram desdobradas para a fronteira com a Coreia do Norte. Ao que parece, uma das grandes preocupações da China é conter uma possível onda migratória para seu território.

A China já indicou que não apoiaria uma investida militar contra a Coreia do Norte. Além disso, não daria suporte a sanções econômicas que viessem a agravar a situação dos cidadãos norte-coreanos.

Após ter condenado o teste de mísseis realizado em julho de 2006 pela Coreia do Norte, a China não empreendeu maiores iniciativas de punição. Desse modo, a resposta chinesa naquela oportunidade teria sinalizado aos norte-coreanos que o país não reagiria de maneira agressiva aos testes nucleares.

A Coreia do Sul também parece evitar o enfrentamento militar com a Coreia do

Norte. Um primeiro ataque, mesmo que limitado às instalações nucleares da Coreia do Norte, poderia tomar grandes proporções.

As principais indústrias sul-coreanas encontram-se na fronteira com a Coreia do Norte, podendo ser atingidas pela artilharia convencional norte-coreana. Seul, capital habitada por cerca de 22 milhões de pessoas, também poderia ser atingida pela artilharia convencional. Isso significa que mesmo que os norte-coreanos não detenham artefatos nucleares capazes de atingir a Coreia do Sul, muitas seriam as baixas civis decorrentes do conflito, dada a artilharia convencional norte-coreana. Ademais, a magnitude do exército norte-coreano faz pressupor que muitas seriam as perdas da Coreia do Sul, tanto financeiras como em número de baixas, mesmo que, com ajuda internacional, essa saísse vencedora.

A reação dos EUA ao teste norte-coreano foi bastante criticada. Há quem defenda que a declaração de que os EUA não atacarão a Coreia do Norte e de que o país almeja uma melhoria nas relações com os norte-coreanos tornaria menos crível a ameaça estadunidense de que uma Coreia do Norte que possua artefatos bélicos nucleares não seria tolerada.

A bem da verdade, as ameaças estadunidenses parecem não lograr o resultado de impedir as investidas norte-coreanas relativas ao seu programa nuclear. Logo após a declaração de que os EUA não aceitariam o teste de mísseis, esses foram empreendidos pela Coreia do Norte; o mesmo ocorreu em relação à ameaça estadunidense referente ao teste de artefatos nucleares, seguida do evento de outubro de 2006.

Afirmou-se que os EUA têm enviado mensagens contraditórias à Coreia do Norte: por um lado, declaram ser inaceitável uma Coreia do Norte nuclear e, por outro, parecem estabelecer um limite até o qual seria tolerada a atividade nuclear norte-coreana. Isso contribuiria

para tornar menos críveis suas ameaças. Além disso, resta dúvida o intuito do país: alteração de comportamento do regime ou mudança do próprio regime norte-coreano.

Quanto à possibilidade de que os EUA lancem uma investida militar contra a Coreia do Norte, corroboramos a afirmativa dos analistas que sustentam que o teste de um artefato nuclear não torna imperativa a reação militar por parte dos EUA, uma vez que não muda a equação de poder o suficiente para tanto. Há muito já se esperava que o país tivesse a capacidade que foi testada em outubro. De fato, espera-se que os norte-coreanos possuam artefatos ainda mais sofisticados. O grande problema não seria o teste, mas a possível venda da tecnologia nuclear a grupos não-estatais.

Nesse sentido, Randy Schriver, membro do *Armitage International LLC* e do *Center for Strategic and International Studies*, analisa as implicações da ação norte-coreana e das reações à mesma para o cenário estratégico da região. Afirmar que o ato foi provocativo por ter sucedido ao teste de mísseis realizado meses antes pela Coreia do Norte, bem como por ter ignorado as inúmeras vozes em contrário, provenientes, inclusive, de seus vizinhos China e Coreia do Sul. Contudo, enfatiza que o teste não significou a apresentação de uma nova capacidade por parte da Coreia do Norte, mas o teste de um artefato cuja posse por parte desse país é presumida por analistas e formuladores de políticas públicas estadunidenses há pelo menos uma década. Assim, não se pode afirmar que houve uma mudança no cenário estratégico da região no sentido de que agora ter-se-ia uma Coreia do Norte armada com artefatos nucleares, uma vez que esse tem sido um pressuposto por muito tempo [ver [Coreia do Norte: o anúncio da posse de armas nucleares no contexto do fenômeno da proliferação de armas de destruição em massa](#)].

Embora defenda que não houve

mudanças no cenário estratégico, Randy Schriver chama a atenção para três possíveis desdobramentos, os quais poderiam vir a repercutir naquele cenário: 1) um aumento deliberado das atividades norte-coreanas relativas à proliferação; 2) a tomada de decisão por parte de Estados como Japão e a Coreia do Sul, que atualmente não visam à posse de artefatos bélicos nucleares, no sentido de adquiri-los, influenciados pela ação de seu vizinho; e 3) o acirramento dos esforços de aquisição de armamentos nucleares por parte de países que já almejam à sua posse.

Referência

FRIEDMAN, George. North Korea and the limits of multilateralism. **Stratfor**, 10 out. 2006.

NIKSCH, Larry A. North Korea's nuclear weapons program. **CRS Issue Brief for Congress**, 21 fev. 2006. Disponível em: <http://www.fpc.state.gov/documents/organization/67840.pdf>. Acesso em: 23 out. 2006.

THE INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES. **North Korea weapons program: a net assesment**. Disponível em: <http://www.iiss.org/publications/strategic-dossiers/north-korean-dossier/north-koreas-weapons-programmes-a-net-asses>. Acesso em: 27 out. 2006

THE CARNEGIE ENDOWMENT FOR INTERNATIONAL PEACE AND HENRY L. STIMSON CENTER. **Next steps on North Korea: options beyond sanctions**. Washington, 12 out. 2006.

Sites:

BBC Brasil

<http://www.bbc.co.uk/portuguese>

Carnegie Endowment for International Peace

<http://www.carnegieendowment.org/>

Center for Strategic and International Studies

<http://www.csis.org/>

Folha Online

<http://www.folha.com.br/>

Real Clear Politics

<http://www.realclearpolitics.com/>

Stratfor

<http://www.stratfor.com/>

The New York Times

<http://www.nytimes.com/>

Ver também:

25/08/2006 - [Teste com mísseis balísticos como tentativa de fortalecimento do poder de barganha norte-coreano](#)

19/08/2005 - [A Crise Nuclear Norte-Coreana](#)

24/02/2005 - [Coreia do Norte: o anúncio da posse de armas nucleares no contexto do fenômeno da proliferação de armas de destruição em massa](#)

Estados Unidos aprovam a construção de cerca na fronteira com México

Resenha
Integração Regional / Segurança

Tiago Cerqueira Lazier
10 de novembro de 2006

Os Estados Unidos aprovam as primeiras medidas anti-imigração desde o ano passado, quando o Congresso começou a discutir novas leis de imigração. O projeto de lei foca apenas na segurança de fronteira e não aborda a regulamentação do trabalho temporário, defendida pelo Presidente estadunidense George W. Bush.

Depois de mais de um ano de discussões, a primeira medida anti-imigração, que prevê a construção de uma cerca de 1.100 km na fronteira com o México, é aprovada pelas duas instâncias do Congresso e ratificada pelo Presidente estadunidense George W. Bush.

Nos últimos anos, os fluxos migratórios, principalmente advindos do México, têm aumentado. Segundo dados do Instituto de Política Migratória dos Estados Unidos (EUA), o número de imigrantes ilegais no país aumentou de 4 milhões em 1986 para 12 milhões atualmente. Conseqüentemente, o assunto da imigração tem ganhado destaque na mídia, na opinião pública e no governo dos Estados Unidos.

Em dezembro do ano passado, a Câmara de Deputados dos EUA aprovou um projeto de lei que tinha como principal objetivo diminuir os fluxos migratórios ilegais para o país. Para isto, medidas rígidas como a construção de uma cerca na fronteira com o México e punições mais severas para os imigrantes ilegais, foram

adotadas [ver [A continuação do debate: Estados Unidos e a imigração](#)].

O partido republicano, maioria nas duas casas parlamentares, era favorável às medidas mais duras frente à imigração. Mas Bush, republicano, atento às necessidades dos empresários de encontrar mão-de-obra barata para trabalhos aos quais o estadunidense não se submete, defendia um projeto de imigração mais compreensivo, que incluísse um programa de trabalho temporário.

A decisão não foi bem recebida pela comunidade hispânica residente nos EUA, que durante vários meses organizou diversos protestos em todo o país. O maior deles ocorreu em 10 de abril de 2006, quando mais de 150 mil pessoas se reuniram em Washington, capital estadunidense, para demonstrar sua indignação com o projeto aprovado pela Câmara de Deputados.

As discussões no Senado levaram à aprovação de um projeto de lei, no dia 25 de maio de 2006, mais próximo dos preceitos defendidos por Bush. Nele está

previsto que: (a) os imigrantes ilegais que se encontram nos EUA há mais de cinco anos poderão reivindicar sua cidadania, desde que estejam trabalhando, não tenham antecedentes penais, aprendam inglês e estejam em dia com os impostos; (b) os imigrantes ilegais que estão há mais de dois anos no país têm o direito de pleitear um “green card”, ou seja, um visto permanente; (c) os imigrantes ilegais que residem nos EUA há menos de dois anos serão deportados. Ademais, um programa temporário de trabalho será criado.

Assim, os projetos de lei aprovados na Câmara de Deputados e no Senado apresentavam grandes diferenças e pontos conflitantes, o que significava que ambos teriam que ser modificados antes de poderem ser efetivados pelo Executivo. Não obstante, havia um ponto em comum: a construção de uma cerca na fronteira com o México, entretanto apresentavam diferenças técnicas: a extensão da cerca do projeto do Senado era menor do que na Câmara de Deputados. Mas esta divergência era muito mais fácil de ser resolvida do que os demais pontos conflitantes.

Apesar do apelo de Bush para que a Câmara de Deputados aprovasse o que ele chamou de “reforma migratória integral” – ou seja, o mesmo projeto que havia sido aprovado no Senado, que incluía medidas de segurança mas também compreendia a necessidade de se ter imigrantes como força de trabalho –, isto não ocorreu. Alternativamente, um novo projeto de lei que focava na segurança das fronteiras e previa a construção de uma cerca de 1.100 km na fronteira com o México, bem como a instalação de satélites, câmeras, a utilização de aviões e o aumento de patrulhamento, foi aprovado pela Câmara dos Deputados no dia 14 de setembro.

Este mesmo projeto também foi aprovado no Senado, sem alteração, no dia 29 de setembro de 2006. O projeto contou com o apoio dos republicanos e dos democratas,

inclusive da senadora, e possível candidata à presidência, Hilary Clinton, e venceu com ampla maioria (80 votos a favor e 19 contra).

O governo do México se mostrou veementemente contrário à construção da cerca e caracterizou-a como uma decisão política que não irá solucionar o problema. Ademais, afirmou que iria pedir a Bush que vete a lei. No dia 05 de outubro, o Ministro das Relações Exteriores do México, Luis Fernando Derbez, afirmou que uma equipe jurídica estava estudando quais as ações legais que o país poderia empreender em nível internacional. No dia 23 de outubro, o México declarou que iria entrar com uma resolução na ONU alegando que a construção da cerca feria os direitos humanos no que se refere ao direito de livre circulação de pessoas.

Apesar dos protestos, Bush ratificou a lei no dia 26 de outubro, sendo assim autorizada a construção da cerca. Segundo analistas, a ratificação perto das eleições legislativas teria como intuito fortalecer as campanhas dos republicanos. Não obstante, isto não foi suficiente para evitar que o partido perdesse a maioria no Legislativo.

A medida desagradou profundamente a população de origem hispânica que se mobilizou para votar nos democratas. Segundo a BBC, mesmo eleitores filiados ao partido republicano fizeram campanha em prol dos democratas, devido ao posicionamento mais rígido dos primeiros frente à imigração.

A construção da cerca enfrenta oposição interna de diversos políticos: em 06 de junho de 2006, duzentos prefeitos se mostraram contra a proposta e pediram a Câmara de Deputados que aprovasse uma reforma que incluísse um programa de trabalho temporário. Defensores dos direitos humanos afirmam que a cerca fará com que os imigrantes tentem cruzar a fronteira por rotas mais perigosas, o que deve aumentar o número de mortos.

Críticos afirmam que o custo de implementação é muito alto e que devido ao terreno montanhoso e desértico da região fronteira será muito difícil construir a cerca. As projeções mais otimistas calculam um custo de US\$ 2 bilhões, no entanto este poderia chegar até US\$ 7 bilhões. Vale ressaltar que a lei foi aprovada, mas o dinheiro necessário para construção não estava previsto. Ademais, segundo o *Pew Research Center*, quase 50% dos imigrantes sem documentação entram nos EUA com vistos temporários.

Após a derrota sofrida por seu partido nas eleições legislativas, Bush colocou como prioridade a aprovação do projeto de lei que prevê medidas mais brandas aos imigrantes tendo em vista a necessidade de trabalhadores para os serviços que os estadunidenses não estão dispostos a fazer. Com o domínio do Legislativo nas mãos dos democratas, a tarefa de Bush poderá até se tornar mais fácil.

O comportamento do presidente estadunidense deixa claro como o país precisa da mão de obra imigrante. Como este próprio aponta, os imigrantes assumem posições as quais os estadunidenses não estão dispostos a assumir. Logo, os imigrantes não estariam roubando os empregos dos cidadãos dos EUA. Sendo assim, antropólogos, como Elizabeth Brandt, da Universidade do Arizona, estariam certos em afirmar que a construção da cerca é motivada por um sentimento anti-imigrante que surgiu no estados do sul dos EUA e vem ganhado espaço em todo o país.

Se os fluxos migratórios para os Estados Unidos têm atingindo um volume alarmante, talvez a construção da cerca não seja a melhor solução. O próprio governo mexicano afirma que isto deverá acirrar os conflitos entre as cidades de fronteiras. Ações mais conscientes por parte do governo estadunidense deveriam levar em conta que o fluxo migratório é motivado pelas dificuldades – principalmente de ordem econômica –

encontradas pela população mexicana em seu país. Neste sentido, a cerca é um remendo inapto a resolver um problema muito mais grave.

"No momento em que for construído um muro de 15 metros, alguém construirá uma escada de 15,5 metros" (Janet Napolitano, governadora do Arizona). Mesmo dificultado a entrada de imigrantes ilegais, o fato é que em tempos de globalização, de celebração da circulação de mercadorias, informações e capital, a cerca é uma contradição com os princípios defendidos pelos Estados Unidos.

Referência

Sites:

BBC

<http://www.bbc.co.uk>

CNN

<http://www.cnn.com>

Folha Online

<http://www.folhaonline.com>

Ver também:

02/12/2005 – [Estados Unidos discute problema da imigração](#)

26/04/2006 – [A continuação do debate: Os Estados Unidos e a imigração](#)

Conjuntura Internacional

Pontifícia Universidade Católica – MG

Presidente da Sociedade Mineira de Cultura: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Grão-Chanceler: Dom Walmor Oliveira de Azevedo

Reitor: Prof. Eustáquio Afonso Araújo

Vice-reitor: Dom Joaquim Giovani Mol Guimarães

Assessor especial da reitoria: Prof. José Tarcísio Amorim

Chefe de Gabinete do Reitor: Prof. Osvaldo Rocha Tôrres

Conjuntura Internacional

Chefia do Depto. de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação do Curso de Relações Internacionais: Prof. Paulo Esteves

Coordenação-Geral: Prof. Javier Vadell

Conselho acadêmico: Prof. Danny Zahreddine; Prof. Eugenio Diniz; Prof. Rodrigo Corrêa Teixeira

Membros: André Lemos Klausing; Frederico de Faria e Silva; Jéssica Naime; Layla Dawood; Lúgia Franco Mello; Luiz Fernando Liboreiro; Raphael Rezende Esteves; Tiago Cerqueira Lazier; Wesley Robert Pereira.

Os textos aqui divulgados são de inteira responsabilidade de seus autores e não representam a opinião oficial do grupo.

Av: Dom José Gaspar, 500 Prédio 04 - Coração Eucarístico - Belo Horizonte - MG - CEP 30535-901 Tel: (31)3319-4257 email: ci@pucminas.br website: <http://www.pucminas.br/conjuntura>